

# A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL E SEUS REFLEXOS



Capa: Marcos Vianna e Darel/CEUB

Organizadores:  
Gleisse Ribeiro Alves  
Gabriel Blouin Genest  
Eric Champagne  
Nathalie Burlone



UNIVERSITÉ DE  
SHERBROOKE

CEUB

# PANDEMIA DE COVID-19 E A VULNERABILIDADE DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

## COVID-19 PANDEMIC AND THE VULNERABILITY OF WASTE PICKERS IN BRASIL

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos<sup>1</sup>  
Bruna Carvalho Barros Rosa Nobre<sup>2</sup>  
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti<sup>3</sup>  
Sílvia Maria Ferreira Guimarães<sup>4</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa revela a situação complexa dos catadores de materiais recicláveis diante da pandemia de Covid-19 no âmbito nacional e distrital. A metodologia de abordagem qualitativa, constituiu-se de uma pesquisa documental que lidou com informações secundárias disponíveis nas mídias digitais (sites, blogs e redes sociais). Acompanhamos e buscamos os atos governamentais; as notícias nos jornais e revistas; e as postagens nas redes sociais de importantes entidades representativas da categoria no Brasil. Os resultados revelam que a realidade imposta pela pandemia do novo coronavírus agravou mais ainda o contexto de vulnerabilidade social dos catadores. As questões de destaque relacionadas as vidas vulnerabilizadas em um contexto de pandemia devem-se a informalidade, precariedade e insalubridade do trabalho. A crise sanitária instaurada pela proliferação do SARS-COV-2 mostrou que esses trabalhadores são os mais vulneráveis no ciclo da reciclagem, o que intensifica a necessidade da proteção social do Estado em suas vidas, tanto no momento da pandemia quanto pós-pandemia de Covid-19.

**Palavras-chave:** Catador de material reciclável. Covid-19. Vulnerabilidade. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research reveals the complex situation of waste pickers in the face of the Covid-19 pandemic at the national and district levels. The qualitative approach methodology consisted of documentary research that dealt with secondary information available on digital media (websites, blogs and social networks). We monitor and seek governmental actions; news in newspapers and magazines; and the posts on social networks of important representative entities of the category in Brazil. The results reveal that the reality imposed by the pandemic of the new coronavirus has further aggravated the context of social vulnerability of waste pickers. The prominent issues related to vulnerable lives in a pandemic context are due to informality, precariousness and unhealthy work. The health crisis brought about by the proliferation of SARS-COV-2 showed that these workers are the most vulnerable in the recycling cycle, which intensifies the need for social protection of the State in their lives, both in the pandemic and post-pandemic Covid -19.

**Keywords:** Waste pickers. Covid-19. Vulnerability. Public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto analisa, a partir das mídias digitais (sites, blogs e redes sociais), as publicações e postagens veiculadas nas redes sociais e sítios da internet do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) e da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do DF e Entorno (CENTCOOP-DF). Além da investigação das notícias em fontes jornalísticas e nos atos governamentais do Distrito Federal (DF).

As informações diagnosticadas tratavam-se a respeito do contexto vivido e de enfrentamento do novo coronavírus na realidade dos trabalhadores da catação em âmbito nacional e distrital. A finalidade busca revelar a situação complexa dos catadores de materiais recicláveis frente a pandemia de Covid-19. Segundo Urban e Nakada (2020), o sistema de reciclagem brasileiro é altamente vulnerável aos efeitos causados pela pandemia de Covid-19, considerando os aspectos ambientais e econômicos provocados pela suspensão dos programas de reciclagem nas cidades brasileiras.

De acordo com Vasconcelos et al. (2020), a base da reciclagem se configura, de maneira marcante e contraditória, pela exploração dos corpos de homens negros e principalmente mulheres negras. Eles desenvolvem suas atividades laborais em

situações precárias, sem nenhum direito trabalhista, além de vivenciarem políticas sociais ineficientes, como o próprio direito à saúde pública. O que provoca a vulnerabilização de suas vidas. Em consoante com esse contexto, a pandemia de Covid-19 está revelando que os grupos populacionais que historicamente foram negligenciados, aqueles com baixa proteção ao emprego e as populações sem acesso adequado a cuidados de saúde acessíveis estão entre os mais atingidos, especialmente ao maior risco de óbito (SANTOS et al., 2020, p. 236).

Desse modo, evidencia-se que a pandemia vivida em escala global não representa a realidade cotidiana de forma homogênea ou universal, principalmente no contexto marcado pelas desigualdades sociais em saúde, haja vista que a manutenção do isolamento e distanciamento social não são aplicáveis a todos. Assim, os catadores de matérias recicláveis estão inseridos em um contexto marcado pelas desigualdades sociais de raça, gênero e classe social, sendo esses marcadores capazes de exercer influências negativas na vida desses trabalhadores, afetando também a situação de saúde dessa população (VASCONCELOS; GUIMARÃES; ZANETI, 2020, p. 3).

Embora do ponto de vista biológico a doença seja padronizada, a forma como ela se revela socialmente apresenta diversidade de cunho econômico, social e cultural importantes de serem compreendidas para o entendimento e enfrentamento da crise sanitária, haja vista a vulnerabilidade social latente dos grupos de trabalhadores informais e das regiões de periferias urbanas. Segundo Ayres et al. (2009) a noção de vulnerabilidade busca responder a percepção de que a chance de exposição das pessoas ao adoecimento não é a resultante de um conjunto de aspectos apenas individuais, mas também coletivos e contextuais. Com quase a metade da população vivendo na informalidade no Brasil, desemprego e precariedade, não parece fácil impor o isolamento e distanciamento social sem criar, ao mesmo tempo, redes socioeconômicas de proteção compensatórias (CAPONI, 2020, p. 209).

Em tratando-se da questão ambiental, a gestão dos resíduos sólidos, foi impactada pelas mudanças impostas pela proliferação do SARS-COV-2. Especialmente, ficou notório a importância do trabalho desempenhado pelos catadores de materiais recicláveis para coleta seletiva solidária, ao mesmo tempo que

se mostraram também como os mais vulneráveis diante do ciclo da reciclagem. Essa realidade deve-se a fragilidade de subsistência dessa população, quando se encontraram sem renda durante o momento crítico da pandemia, consoante ao fechamento das usinas e dos galpões de triagem dos materiais recicláveis. Com a única fonte de renda suprimida e o contexto de vida já precarizado mesmo antes da pandemia, esses trabalhadores demandavam uma especial atenção governamental e o reconhecimento da sociedade pelos trabalhos desempenhados em defesa do meio ambiente e da saúde nos territórios protagonizados por eles.

Em contrapartida, a realidade colocada é de total ausência das políticas públicas e ações de proteção à saúde voltadas para os catadores diante de uma situação tão complexa como é a da pandemia. Ao retornarem ao trabalho vivem o dilema da quarentena do lixo reciclável e de outras medidas de proteção, principalmente pelo o risco de contaminação pelo SARS-COV-2, já que lidam diretamente com as sobras e a melindrosa insalubridade da ocupação, o que vem comprometendo a produção e a renda familiar mensal. A produção de resíduos sólidos nas principais cidades diminuiu durante o período de distanciamento social, possivelmente devido à redução da atividade nas áreas comerciais e a suspensão de programas de reciclagem (URBAN; NAKADA, 2020, p.3).

Nesse sentido, no que tange a realidade dos catadores de materiais recicláveis é importante olharmos para esse grupo que já enfrentava situações complexas de precariedade do trabalho mesmo antes da disseminação do vírus, com duras rotinas de trabalho devido: a informalidade; o excesso de esforço físico; os riscos ocupacionais constantes à saúde e as doenças e sintomas cotidianos inerentes a atividade laboral; e a insalubridade do ambiente de trabalho (Vasconcelos, Guimarães e Zaneti, 2018). E que durante a pandemia foram agravadas por ficarem sem renda, terem que se reinventar em um contexto de alta do desemprego e contarem exclusivamente com a solidariedade de classe e as redes comunitárias para sobrevivência no momento crítico da pandemia de Covid-19, haja vista a desassistência por parte do Estado. Além disso, atualmente com flexibilidade e o retorno das atividades da catação nas associações e cooperativas os cuidados de proteção à saúde devem ser redobrados, haja vista o risco eminente de contágio, devido o descarte de produtos contaminados, luvas e máscaras.

Os catadores de materiais recicláveis enfrentam constantemente uma realidade de precariedade do trabalho e da vida, de riscos químicos, biológicos, físicos, ergonômicos e emocionais vulneráveis, além dos acidentes (Gutberlet et al., 2013) e os agravos à saúde, a estigmatização e os preconceitos, as patologias e sintomas provocados pelo trabalho que agravam diretamente a situação de saúde como: verminoses, infecção intestinal, gripe, leptospirose, dengue, meningite, dor de cabeça, dor de dente, febre, alergia e náusea (JÚNIOR, et al., 2013). Além disso constantemente os catadores são acostumados a trabalharem com infecções respiratórias agudas, infecções intestinais e diarreia aguda, dores nas costas e dores musculares (Ballesteros, Arango e Urrego, 2012). Historicamente, o contexto desses trabalhadores mostra a desvalorização da dimensão da vida humana (VASCONCELOS, et al., 2020, p. 108), mas que em uma situação de pandemia essas condições são intensamente agravadas, pois convivem diretamente com a falsa dicotomia protagonizada pelos governantes entre a escolha de proteção de suas vidas ou terem a manutenção da renda. Por enquanto que o Estado deveria ter dado total suporte social para manutenção do distanciamento social, além de ter intensificado nos territórios das periferias informações em saúde visando a proteção dos mesmos.

Diante do período de pandemia pela falta de renda as questões econômicas e sociais aumentam a vulnerabilidade dessa população. Apesar da mudança do ambiente de trabalho, anteriormente desenvolvido nos lixões e aterros, ter propiciado melhorias significativas para a saúde ocupacional dos catadores, eles ainda sobrevivem a um contexto de desassistência do Estado, refletindo a ausência de políticas públicas de proteção social e ações em saúde direcionadas para esses trabalhadores informais. Esse cenário foi agudizado e agravado no momento da pandemia, onde os catadores ficaram em sua maioria desassistidos ou mais uma vez mal assistidos pelo poder público.

Desse modo, o levantamento das informações divulgadas diretamente pelas organizações dos catadores de materiais recicláveis possibilita a busca para o entendimento mais específico das diferentes experiências dessa população em relação a doença em fontes diversas. Discute-se assim a maneira como a pandemia de Covid-19 perpassa pelo contexto dos catadores associados e cooperados, principalmente no momento mais crítico da pandemia. Ao mesmo tempo mostra a

repercussão dada ao problema nas mídias digitais e jornalísticas, dando significado a complexidade do que esses trabalhadores vivenciaram e vivem diante da pandemia de Covid-19 no Brasil.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa constitui-se de uma abordagem qualitativa, mediante um estudo de natureza descritivo para análise retrospectiva nas mídias digitais (sites, blogs e redes sociais). Foram fontes de informações deste estudo, as publicações e postagens nas redes sociais e sítios da internet de entidades representantes dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Assim como investigou-se acompanhando e buscando nos jornais e revistas e nos atos governamentais elementos do contexto vivido pelos catadores na atual pandemia. As informações referem-se ao período compreendido entre o início da proliferação do vírus no Brasil, em março de 2020 tendo como marco o fechamento dos locais de trabalho a novembro de 2020, quando os catadores se encontram diante do dilema do retorno das atividades laborais de catação nas associações e cooperativas.

Os estudos de abordagem qualitativa proporcionam uma interpretação da realidade a partir da perspectiva dos indivíduos e grupos, concentrando, assim na produção dos sentidos e significados, onde ocorrem os fenômenos sociais do qual faz parte o cotidiano (Minayo, 2007). Assim adaptado a realidade vivida de distanciamento social, onde apresenta limites e dificuldades relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa de campo em loco. Este estudo tentou reproduzir os dilemas e a complexidade da pandemia na vida dos catadores frente a catastrófica crise sanitária instaurada.

Nesse sentido, para realização deste trabalho, devido às medidas de distanciamento social e as medidas de proteção para diminuição da proliferação do vírus, estão sendo empregados instrumentos e técnicas de pesquisa que não exigiram a presença física ou a interação direta dos pesquisadores com os participantes. Embora acreditamos na importância de estudos empíricos realizados diretamente nas associações e cooperativas, quando estivermos em uma condição de mais segurança e contenção da pandemia. Essa readequação dos procedimentos metodológicos vem

sendo empregadas em diversas pesquisas na área das ciências humanas e sociais, sendo as mídias digitais espaços potentes para estudos dessa natureza. Assim, este trabalho utilizou-se dados secundários do tipo documental, incorporando as informações nas fontes elencadas citadas anteriormente. Segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015) a pesquisa documental, configura-se como um procedimento para compreensão da realidade social e produção de conhecimento por meio da análise de variados tipos de documentos.

Dessa maneira, as publicações, postagens e notícias veiculadas nas redes sociais e nos sítios da internet foram acompanhadas durante o período crítico da pandemia. As plataformas das redes sociais escolhidas foram o *Facebook* e *Instagram*, haja vista o intenso acesso dessas redes na atualidade. As informações divulgadas pelos principais representantes compõem a análise deste texto, tais como o MNCR, a ANCAT e a CENTCOOP/DF. Foram investigados os perfis e sítios de internet, procurando os dados e informações relacionadas a Covid-19 e a realidade dos catadores. Essas organizações foram as escolhidas por serem as principais representantes dos catadores de materiais recicláveis em âmbito nacional e distrital. Ao mesmo tempo que foi notado o engajamento desses grupos na divulgação de informações, pautas e lutas dos trabalhadores nas redes sociais no período da pandemia. Assim como também percebemos o engajamento na produção de *lives* no *Youtube* abordando o tema deste trabalho.

As notícias veiculadas nas mídias digitais incorporadas foram de diferentes fontes distritais, principalmente do Correio Braziliense. As notícias, publicações e postagens tiveram seus conteúdos analisados através da metodologia de Bardin (1994), segundo esse autor a análise de conteúdo representa um instrumento de pesquisa utilizado para determinar a presença de sentidos e significados dentro de um texto ou conjunto de textos. Assim a partir da análise das informações contidas nos textos e das relações entre eles no período estudado, pode-se fazer inferências sobre a realidade enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis no período da pandemia de Covid-19, as quais são apresentadas na próxima seção deste estudo.



### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mídias digitais revelam os dilemas experimentados pelos catadores de materiais recicláveis frente ao contexto da pandemia de Covid-19 ao longo do tempo no Brasil, embora cada realidade das regiões brasileiras tenha sua particularidade e os trabalhadores vivenciaram de forma diferente e singular cada contexto. Acreditamos que essa premissa se materializa justamente pelas disputas políticas e ideológicas que circunscreveram a adoção das reais medidas sanitárias necessárias para proteção da população ao vírus SARS-COV-2 e ao próprio reconhecimento da doença em si. Por essa razão, destacamos que não tivemos uniformidade em relação as medidas por parte dos entes federativos frente a realidade dos catadores na pandemia de Covid-19. Talvez isso tenha se dado dessa maneira pela inércia do governo Federal e das instâncias públicas da União junto as demandas e sensibilidades desses trabalhadores. Em consoante com esse contexto, buscamos neste trabalho discutirmos os elementos que elucidam de forma geral os momentos mais significativos e sentidos por esses trabalhadores neste período.

Conforme informações divulgadas no sítio da internet oficial do Ministério da Saúde (MS), o novo coronavírus pertence a uma família de vírus e provoca a doença denominada Covid-19. Essa doença ocasiona problemas respiratórios como infecções que podem ser agravadas. Esse novo vírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019 na China. No Brasil, a doença teve os seus primeiros registros em janeiro de 2020. A transmissão acontece de uma pessoa que está contaminada para outro indivíduo, a partir de contato próximo entre estes. Esse contágio se dá também pelo contato com objetos e superfícies contaminadas, tosse, gotículas de saliva, espirro e aperto de mão.

Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia, quando também começaram as movimentações nas mídias digitais dos representantes dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. A pandemia de Covid-19 é um fenômeno mundial de características inigualável no sentido de sua extensão, velocidade de propagação, impactando de maneira avassaladora a população e os serviços de saúde, sobretudo as populações vulnerabilizadas (Santos et. al., 2020). A OMS pediu que todos os

países intensificassem medidas emergenciais para reduzir o avanço da contaminação, entre elas recomendou a manutenção do distanciamento e isolamento social para a diminuição da proliferação do SARS-CoV-2.

As recomendações para a proteção e prevenção são: usar máscaras; evitar circulação em locais propícios a aglomerações; manter o ambiente onde se vive limpo e bem ventilado; evitar o compartilhamento de objetos pessoais (talheres, copos, toalhas, entre outros); higienizar com certa frequência o aparelho celular; evitar o contato físico; manter a distância mínima de 2 metros de qualquer pessoa; evitar o contato das mãos aos olhos e bocas; higienizar bem as mãos com água e sabão ou álcool em gel 70%.

O escasso conhecimento sobre os modos de transmissão e o papel dos portadores assintomáticos na difusão do SARS-CoV-2, têm desafiado pesquisadores, gestores da saúde e governantes na busca de medidas de saúde pública não farmacológicas, na tentativa de evitar o esgotamento dos sistemas de saúde e permitir o tratamento oportuno de complicações graves, bem como evitar mortes (AQUINO, et al., 2020). Desde o início da extensão da pandemia nos países desenvolvidos a OMS alertava preocupação para quando o vírus atingisse a América Latina, cadáveres deixados abandonados nas ruas no Equador, baixo número de equipamentos ventiladores no Haiti e Guatemala, perfil epidemiológico de risco à doença como hipertensão, obesidade e diabetes no México, as condições sanitárias das favelas brasileiras superlotadas e o acesso ao saneamento básico limitado (BURKI, 2020). Esses elementos mostram a complexidade da crise sanitária instaurada nos países onde as dificuldades para se manter vivo já são infinitas.

No Brasil, a Portaria Nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, declarou emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, mostrando preocupação com a situação demandada, o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública. A Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária. Nesse ato fica destacado a necessidade premente de envidar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na Atenção Básica (AB) e dos graves

na rede de urgência/emergência. A doença que já matou mais de 20 mil brasileiros avança nas periferias e afeta especialmente as populações vulneráveis (CAPONI, 2020).

O momento complexo exigiu das autoridades sanitárias em âmbito nacional e internacional o distanciamento social da população como principal medida de enfrentamento da doença, ao mesmo tempo que a adversidade primária gera outros problemas secundários como o comprometimento da renda dos trabalhadores informais. No Brasil, o cenário político de disputa das estratégias, no qual se soma, à crise sanitária, uma grave crise política, a implementação das medidas de controle, incluindo o distanciamento social, foi assegurada pelos governadores e prefeitos (e, por vezes, pelo Judiciário), principalmente nos estados mais afetados (Aquino et al., 2020; Caponi, 2020).

A cada dia mundialmente a doença se espalha com grande potencial de transmissibilidade, sendo que os casos mais graves e a mortalidade estão associados a condições saudáveis. As comorbidades associadas mais comuns são doença pulmonar, diabetes e velhice (WESTON; FRIEMAN, 2020). Em contrapartida, qualquer ser humano pode se contaminar e também ser fonte de transmissão da doença, pois há os sintomáticos e os assintomáticos. Embora exista uma preocupação mundial maior com o grupo de pessoas de idade mais elevada, como os idosos, pois são pessoas dos grupos de risco para o desenvolvimento dos quadros mais graves da doença devido as comorbidades. No caso brasileiro outra preocupação acentuada referem-se as questões intrínsecas mais complexas as desigualdades sociais, posto que as periferias urbanas, onde vivem os catadores, possuem contextos propícios os quais facilitam a disseminação do vírus, visto a necessidade de renda, a precariedade do trabalho, as condições das moradias, a quantidade de pessoas em uma mesma casa, e tal como a escassez do saneamento básico.

Nesse contexto, enquadram-se os catadores de materiais recicláveis que desde o início da pandemia de Covid-19 teve o sustento pessoal e familiar comprometidos com o fechamento dos galpões de triagem de materiais recicláveis. Esses locais de trabalho trouxeram inovação tecnológica para o processo produtivo da reciclagem no

cotidiano dos milhares de catadores vinculados as associações e cooperativas de todo o Brasil. Esse processo de transformação do ambiente de trabalho da catação foi intensificado pelo poder público através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) de 2010. Os catadores são trabalhadores informais com estreito diálogo com o poder público, demandando uma maior atenção governamental no sentido da proteção social (Vasconcelos, Guimarães e Zaneti, 2020). A necessidade de políticas públicas e ações em saúde já era uma demanda antes mesmo do período da pandemia de Covid-19, mas que no momento oportuno intensificou tais peculiaridades relacionadas as condições de trabalho, a saúde, aos riscos de contaminação, a renda, a moradia etc.

Diante desse contexto, no dia 16 de março iniciaram as postagens referentes ao novo coronavírus nas redes sociais do MNCR, inicialmente tratando-se de uma reportagem do Brasil de fato, cujo título era “Nada de pânico, mas nada de negação” diz médico sobre o coronavírus”. Ademais em 16 de março foi divulgado um vídeo de denúncia e pedido de socorro dos catadores do Distrito Federal (DF) devido às más condições de trabalho nos galpões do Governo do Distrito Federal (GDF). Em suma no vídeo uma catadora mostrava a realidade de um galpão “trabalhando no chão, muita gente doente”. Ela exigia providências do governo, alertando para os problemas de funcionamento em um dos motores das esteiras, mesmo com as dificuldades ela trabalhava para sua subsistência e da família, não podendo parar o trabalho, submetendo assim a uma condição desconfortante para ela e os colegas da associação.

Esse vídeo da catadora acentua o contexto antes da pandemia de Covid-19, reclamações em relação as condições do ambiente de trabalho e a circunstância dos materiais recicláveis que chegavam sujos e eram perdidos. Além disso, mostra uma colega catadora que tinha feito uma cirurgia e mesmo com a região cirúrgica apresentando inchaço ela tinha que continuar trabalhando naquelas condições de agachamento constante devido aos problemas na esteira. No mesmo vídeo, a catadora diz não poderem paralisar o trabalho por não terem condições de pagarem multa por conta do contrato firmado com o governo. Percebemos que esse é um dilema evidente no momento da pandemia de Covid-19, onde essas fragilidades nas relações trabalhistas surgem à tona escancarando a precariedade do trabalho em suas

vidas. Assim a vida dos catadores condiz com idas e vindas dessa possibilidade de submissão ao trabalho, de ausências das ações de proteção social por parte do Estado e ao mesmo tempo de resistência.

Em 16 de março um outro vídeo foi divulgado, tratando-se de um caso de uma associação também do DF, o seu conteúdo expunha uma situação de emergência, a catadora relatava “saiu um gás do meio do lixo” e os catadores começaram a passar mal devido a essa ocasião. Alertava para a necessidade de ajuda por parte do governo e mostrava preocupação em relação a saúde dos catadores. Nesse vídeo a catadora chamava atenção para o perigo da contaminação, apesar de alguns locais/comércios no DF naquele momento se encontrarem fechados os catadores continuavam trabalhando expostos aos riscos e à Covid-19 no trabalho sem nenhuma orientação até o momento por parte do governo. Devido ao incidente os catadores evacuaram o local. Em outra ocasião agora no Estado do Goiás antes do fechamento dos ambientes de trabalho pela Covid-19, mas em um contexto nacional de proliferação do vírus os catadores continuavam recebendo nos espaços das associações e cooperativas o material reciclável, sendo que neste período o poder público não ofertou nenhum Equipamento de Proteção Individual (EPI), assim como nenhuma orientação e informação em relação à pandemia de Covid-19.

Ainda em 16 de março de 2020 postaram a primeira publicação diretamente relacionada a pandemia global e a proteção dos profissionais de catação de materiais recicláveis. Como ressaltado por eles as ações listadas eram complementares a outras históricas reivindicações por melhores condições de trabalho, que cotidianamente deve ser exigido pelos poderes públicos, visando a segurança e qualidade no trabalho. Nesta publicação evidenciaram também a questão da segurança alimentar. As orientações contemplavam: 1) o cuidado na base; 2) a limpeza das áreas comuns; 3) educação ambiental e a colaboração na comunidade alertando também para o risco das arboviroses (dengue, zika e chikungunya); 4) busca de doações de produtos de higiene, máscaras e EPI junto as instâncias do poder público e no comércio das comunidades. Nesse sentido reforçavam que se o cooperado estivesse doente era para ficar em casa e procurar o atendimento no serviço de saúde, as medidas de higienização das mãos com álcool em gel 70%, a

necessidade do uso contínuo durante o trabalho dos EPI, especialmente o uso das máscaras e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em um vídeo divulgado neste período um representante do MNCR do Estado de Goiás diz “A gente tá esquecido, parece que a agente não existe”, o catador mostra preocupação e medo de contaminação, haja vista a presença do vírus nos resíduos sólidos. Também fala sobre a segurança de permanecer em casa de quarentena. Entretanto alerta para a responsabilização do poder público pelo “direito à quarentena”. Ele pontua questões relacionadas a falta de diálogo com as instâncias governamentais da prefeitura no que se refere a disponibilização dos EPI ou a ajuda de custos para poderem parar o trabalho. Uma catadora do Estado de Alagoas em outro vídeo divulgado cobra a agilidade do governador para as compras dos EPI e alerta sobre a vulnerabilidade da categoria.

Em 24 de março de 2020, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público do Trabalho, recomendam ao prefeito municipal de Belo Horizonte (BH), tendo em vista todo o cenário instaurado pela pandemia de Covid-19. A disponibilização e distribuição de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e EPI (luvas, botas, óculos, máscaras faciais, álcool em gel etc) nos ambientes de trabalho. O fornecimento de informações e treinamento para adoção das medidas de proteção à transmissão da Covid-19. Assim como a paralisação do trabalho realizado nas unidades de triagem de materiais recicláveis, principalmente pelos riscos desconhecidos e a possibilidade de disseminação do vírus para esses trabalhadores. E assim que encerram o documento pontuando sobre o auxílio financeiro temporário.

Ao analisarmos as postagens das redes sociais percebemos que o mês de março e abril de 2020 foram marcados na realidade dos catadores de materiais recicláveis pela paralisação das atividades de coleta seletiva em diferentes regiões e no DF. Em algumas ocasiões os catadores paralisaram por conta própria por reconhecerem o risco que a categoria corria, tendo em vista que trabalham diretamente em um ambiente insalubre e altamente contaminante. Com os catadores suspensos das suas atividades nos galpões de triagem os materiais recicláveis estavam seguindo para os aterros sanitários, existindo também inclusive algumas

associações e cooperativas pelo Brasil que não paralisaram as atividades laborais se submetendo ao risco iminente de infecção pelo SARS-COV-2, haja vista a periculosidade de contágio no contexto do trabalho na catação.

No Distrito Federal (DF), as atividades de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, o recebimento e a triagem de resíduos recicláveis nos centros de triagem e o recebimento de resíduos nas usinas de compostagem foram suspensos pelo Decreto de Nº 40.548 de 20 de março de 2020. O período da suspensão é estabelecido no ato administrativo enquanto existisse o risco de transmissão do novo coronavírus. No mês seguinte, os poderes públicos, ao mesmo tempo impulsionado pela mobilização dos catadores, começaram uma articulação na tentativa de fornecerem um suporte financeiro básico por meio de pagamentos antecipados referentes aos contratos celebrados com cooperativas, autorizado pelo Decreto de Nº 40.626 de 15 de abril de 2020.

Ao mesmo tempo que a pandemia culminou no fechamento dos galpões de triagem de materiais recicláveis e as usinas de compostagem do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do DF, com apenas três semanas sem nenhuma renda, os catadores de materiais recicláveis começaram a sofrer os efeitos da pandemia. Eles ficaram sem a única renda que sustentava as famílias, mostraram preocupação com o pagamento dos aluguéis de moradia, inquietação relacionada a manutenção financeira das associações e cooperativas; e também com a própria alimentação. Nesse período dependeram mais do apoio dos parceiros e ações comunitárias do que do próprio governo, já que foi um momento de pouco diálogo entre as instâncias públicas e a categoria. Além disso, manifestaram dificuldades para o recebimento dos auxílios financeiros prometidos a esses trabalhadores, tendo até que articularem mobilização para cobrança do auxílio junto aos órgãos da assistência social, vale destacar em um momento de distanciamento social.

Desse modo, o primeiro impacto da Covid-19 na vida desses trabalhadores foi atingir significativamente na única fonte de renda e sobrevivência da maioria da categoria. Com isso, percebemos uma forte articulação de campanhas de solidariedade virtuais e comunitárias. Diferentes instituições e organizações públicas, parceiros, empresas, amigos e Universidades auxiliaram os catadores a

enfrentarem esse período com a entrega nas associações e cooperativas espalhadas por todo o Brasil de cestas básicas, produtos de higiene e entre outros insumos ou na produção de informações em saúde.

As campanhas solidárias e a união dos catadores tomaram conta de todo o território brasileiro Porto Alegre, Maceió, Salvador, Amazonas, Distrito Federal, Manaus, Belo Horizonte, Ceará, Curitiba, Paraíba e entre outras localidades. Ademais identificamos ações de “vaquinhas” online, mobilização nas mídias digitais, algumas com slogan do tipo “Ajude os heróis da cidade de São Paulo”; “Ajude os heróis da cidade do Rio Janeiro”, tais campanhas forneceram um apoio significativo para os catadores nos meses iniciais da pandemia, assim como as ações solidárias protagonizada pela CENTCOOP/DF nas associações e cooperativas do planalto central.

Destacamos aqui a campanha em caráter emergencial protagonizada pela ANCAT, juntamente com o MNCR, a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais recicláveis do Brasil (Unicatadores) e parceiros apoiadores, com slogan “Solidariedade aos catadores do Brasil Quem sempre cuidou da cidade e do meio ambiente agora precisa da sua ajuda!”, que contou com o envolvimento de artistas e atores na divulgação, cujo o objetivo principal era diminuir os efeitos dramáticos da pandemia na realidade dos catadores, pedindo alimentos, itens de higiene e EPI como suporte a esses trabalhadores no momento de pandemia vivido. Essa mesma campanha em meados do mês de junho de 2020 entregou os cartões de vale-alimentação para catadores de diferentes localidades.

Em abril de 2020 existiu o alerta para a necessidade da renda básica emergencial, assim como os poderes públicos federais começava a se articular para auxílio emergencial no valor de 600,00 reais para adultos vulneráveis e 1.200,00 para as mães-solo. Assim como começaram a surgir alguns estudos relacionados ao tempo de permanência do SARS-CoV-2 nas superfícies dos materiais, tais como: cinco dias no plástico, 8 horas nas luvas cirúrgicas, quatro dias na madeira, quarenta e oito horas no aço, de duas a oito horas no alumínio, quatro dias no vidro e quatro a cinco dias no papel (Kampf et al., 2020).



Em maio de 2020, aproximadamente dois meses após o início da pandemia e jornada sem renda de subsistência para os catadores de materiais recicláveis, os poderes públicos começaram a traçar algumas estratégias para subsidiar renda especificamente direcionada para os catadores de materiais recicláveis. Nesse momento surge também alguns planos de gestão para a atividade de catação visando a proteção e segurança no trabalho das associações e cooperativas. Ao mesmo tempo que alguns assumem o risco e retornam ao trabalho devido as necessidades provocadas pela pandemia, assim não tiveram o direito de permanecerem em quarentena ou com mais segurança em casa. Identificamos neste momento a preparação da categoria, assim como o anseio deles para o retorno às atividades laborais, muito sentido pela necessidade de sustento das famílias. Tendo em vista esse contexto, a categoria estabelece através das *lives* um incansável diálogo entre os pares, com o universo acadêmico e atores governamentais. Destacamos que neste momento também continua um forte engajamento em torno da solidariedade para os catadores, mais especificamente no fomento a segurança alimentar através da entrega de cestas básicas nas associações e cooperativas.

Em junho de 2020, foi um período de extrema dificuldade para os catadores de materiais recicláveis, com três meses da pandemia de Covid-19 com alta significativa no número de pessoas infectadas e óbitos no Brasil. Além desse cenário, a realidade mostrava a necessidade iminente de renda por parte desses trabalhadores que até o momento contavam com a rede de solidariedade e o auxílio emergencial, sendo que alguns ainda enfrentavam as dificuldades para o recebimento do auxílio emergencial. Paralelamente ocorria uma ameaça crescente à atividade e a finalidade das atividades dos catadores de materiais recicláveis para o meio ambiente, sendo um estágio marcado pelo interesse das usinas de incineração (PL 639/2015) e o medo do cancelamento dos contratos das associações e cooperativas junto ao poder público nas instâncias governamentais. O PL 639/2015 visa alterar a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2020, que institui a PNRS, para incluir no plano municipal de gestão integrada, a queima de resíduos sólidos para geração de energia, bem como, conceder incentivo tributário para as empresas constituídas para este fim. Algumas frases marcam a ocasião de resistência dos catadores como: “Deus recicla, o diabo incinera” e “Vida saudável sem incineração: hoje e sempre”.

Em uma das ocasiões na região metropolitana de SP a prefeitura cancelou o contrato de prestação de serviços de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e estabeleceu um prazo de 30 dias para a desocupação do espaço. Os trabalhadores dessa unidade em um momento crítico da pandemia de Covid-19 relacionado ao número elevado de pessoas contaminadas e óbitos tiveram que iniciar uma jornada de luta e mobilização em defesa da manutenção do contrato. Assim ocuparam o local por dias e noites e iniciaram um estreito diálogo com o poder público local. A mobilização dos catadores refletiu na renovação do contrato por mais três meses com vistas a negociação de um novo contrato definitivo.

Desse modo, os catadores de materiais recicláveis iniciam diálogo com as indústrias da reciclagem, conversando mais sobre a proteção e segurança no trabalho para o retorno das atividades de catação num momento de pandemia. Algumas entidades se mobilizam para a retomada da coleta seletiva no Brasil, sendo que pontualmente neste momento algumas associações e cooperativas retornam as atividades tentando manter algumas orientações de segurança. Destacamos que ao mesmo tempo que umas já tinham retornado ao trabalho outras começavam a cobrar o poder público para o retorno ao trabalho. Ocorreu uma diminuição nas ações de fomento a segurança alimentar como a entrega de cestas básicas e começa uma rede solidária e comunitária para fomentar o trabalho como o recebimento de EPI, EPC e máscaras *face shield* para as associações e cooperativas visando o retorno ao trabalho. No DF o retorno ao trabalho foi permitido pelo Decreto N° 40.847 de 30 de maio de 2020, que autorizou a continuidade dos serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos recicláveis, desde que os prestadores de serviços apresentassem algumas exigências. As medidas requeridas pelo decreto exigem um plano de segurança e prevenção de risco para os catadores envolvidos nas atividades, a submissão a uma avaliação das autoridades sanitárias e aprovação pelo SLU.

Em julho de 2020, tem relevância as ações dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas. Os catadores de materiais recicláveis iniciam uma luta para o retorno ao trabalho, principalmente pelo contexto complexo de dificuldades provocadas pela pandemia de Covid-19. Eles começam a defender o trabalho da catação como um serviço a ser considerado como essencial, justificando-se pelo maior consumo de embalagens descartáveis no momento da pandemia. Também

destacamos que não só por uma questão ligada a Covid-19, eles se encontravam articulados realizando uma forte movimentação contra a incineração em defesa da reciclagem, do meio ambiente e da defesa do cooperativismo como uma forma de geração de trabalho e renda com oportunidade para os excluídos do mercado formal. A partir de agosto de 2020, pouco se abordou a respeito da realidade da pandemia, ganhando relevância outras pautas como a defesa e comemoração de 10 anos da PNRS que marcou o fim dos lixões e a valorização do trabalho do catador.

No DF o aterro controlado do Jóquei, popularmente conhecido como o “lixão da Estrutural”, foi fechado em 20 de janeiro de 2018 e era o maior da América Latina. De acordo com pesquisa feita por Mosna e Zaneti (2020), com o fechamento do citado lixão previsto na PNRS, a mudança dos catadores de materiais recicláveis no DF ocorreu para as Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR), onde teve uma melhora nas condições de trabalho no que se referiu a diminuição de alguns riscos à saúde. Em contrapartida, na visão dos trabalhadores entrevistados por Mosna e Zaneti (2020), tal mudança teve um impacto negativo na renda, sendo que 80% deles preferiam correr os riscos do local de trabalho antigo do que ter tido o impacto significativo na renda. Consoante com essa realidade, atualmente a Covid-19 também impactou severamente a renda desses trabalhadores, merecendo um acompanhamento e medidas a serem tomadas por parte do poder público durante a pandemia e pós-pandemia, para uma valorização do trabalho dos catadores, reconhecimento da importância da coleta seletiva e inclusão social efetiva dos catadores no mercado de trabalho e na sociedade.

Em setembro de 2020, temos a primeira e única testagem gratuita para detecção de Covid-19 especificamente para catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Norte (RN) devido uma ação conjunta da Promotoria de Justiça do RN e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A divulgação do manual operacional reforçando a necessidade dessas medidas para proteção no trabalho. Assim como uma estratégia do governo paulista de ampliação do auxílio emergencial em São Paulo (SP), haja vista os catadores não terem retornado ao trabalho nessa região.

Em outubro de 2020, temos a experiência do auxílio financeiro no Ceará. Percebemos que na medida em que as associações e cooperativas foram retornando ao trabalho, a Covid-19 não era mais um tema central de discussão, acabaram as postagens e as *lives* que abordavam o tema da pandemia em questão. A corrente solidária instaurada agora era para doação de EPI e EPC visando o retorno ao trabalho.

Desse modo, o período de início do mês de novembro de 2020, foi marcado pelo retorno ao trabalho em SP e a retomada da coleta seletiva em Belo Horizonte (BH). Durante todo esse período analisado percebemos um número significativo de homenagem e condolências na página do Facebook do MNCR aos colegas de categoria que partiram, alguns óbitos confirmados de Covid-19 e também por outras causas.

**Quadro 1-** Apresentação das notícias incluídas veiculadas em algumas mídias digitais referente a realidade do DF.

Nº	Título da reportagem	Nome da fonte	Data
01	GDF proíbe coleta por cooperativas e que auxílio para catadores	Metrópoles	20/03/2020
02	Governo do DF vai pagar auxílio a catadores durante pandemia da covid-19	Terra	21/03/2020
03	Catadores do DF enfrentam isolamento social dependentes de doações e sem saneamento e renda	G1	14/04/2020
04	Coronavírus: Adasa reforça regras de coleta e destinação de lixo	Correio Braziliense	15/04/2020
05	Ibaneis Rocha assina decreto autorizando retomada da coleta seletiva no DF	Métrópolis	30/05/2020
06	Contra infecção por Covid-19, catadores devem armazenar resíduos por 72h	Metrópoles	01/06/2020
07	Observatório da UnB oferece diretrizes para a proteção dos catadores de material reciclável em meio à pandemia	UnB	24/06/2020
08	Benefício calamidade: catadores de recicláveis recebem primeira parcela	Correio Braziliense	09/09/2020

<b>09</b>	Pandemia causou impacto na reciclagem no Distrito Federal	Correio Braziliense	20/09/2020
<b>10</b>	Covid-19 compromete sustento, sobrevivência e saúde de catadores de lixo	Correio Braziliense	29/09/2020
<b>11</b>	Família de catadores de recicláveis pedem ajuda para sobreviver à pandemia	Correio Braziliense	05/11/2020

Fonte: Elaboração própria.

Ao acompanharmos as reportagens veiculadas na pandemia de Covid-19 referente a realidade do DF, percebemos forte mudanças nos aspectos sociais como na lida cotidiana do modo de viver dos catadores de materiais recicláveis, ambientais como o comprometimento da vida útil do aterro sanitário de Brasília localizado na cidade de Samambaia e relacionados a saúde dos trabalhadores pelo risco de contaminação. Destacamos que para os catadores autônomos das “carrocinhas” nas ruas a rotina imposta pela disseminação do vírus não os impactaram significativamente igual os associados e cooperados, pois, ficaram mais expostos nas ruas. Entretanto, o fechamento dos comércios e os resíduos recicláveis disponíveis nos locais públicos tenham acarretado na queda da quantidade coletada influenciando na diminuição da renda também dos catadores autônomos. Os auxílios geridos pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) do DF referente as três parcelas no valor de 408,00 reais, que alcançaram 34 entidades cerca de 1.156 trabalhadores, apresentaram dificuldades para chegar até os catadores e foram insuficientes para sobrevivência.

A situação da pandemia de Covid-19 agravou mais ainda o contexto do trabalho precário, das desigualdades sociais e a mal inclusão dos catadores. O período foi marcado pela queda e ausência da renda mesmo recebendo os auxílios do governo, gerando nos trabalhadores sentimento de impotência e tristeza em presenciarem as famílias e os filhos passando por necessidades básicas, o medo de contrair o vírus, as incertezas com o futuro do trabalho. Em um momento significado pelo retorno ao trabalho vivenciaram diminuição do lucro e da produção, agravando mais ainda a realidade. Segundo reportagem intitulada “Pandemia causou impacto na reciclagem no Distrito Federal”, só no primeiro semestre do ano de 2020, houve diminuição de 45% na coleta de resíduos recicláveis no DF.

Diante disso, apontamos para a necessidade urgente dos agentes públicos direcionarem políticas públicas voltadas para esse grupo social, pois esse contexto de pandemia mostra que esses trabalhadores são os mais vulneráveis no ciclo da reciclagem, embora sejam essenciais para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. O lucro oriundo da produção e trabalho árduo nos galpões de triagem de recicláveis depende da quantidade e da qualidade do material. Assim salientamos a necessidade de a população também ter o compromisso de cuidar dos resíduos separando o material reciclável corretamente, em direção de uma vida mais sustentável.

Com esse cenário complexo, fica evidente a relevância do diálogo permanente entre os poderes públicos com a categoria e de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde direcionados especificamente para esse grupo social, perpassando por um compromisso governamental das políticas públicas e dos parceiros de instituições educacionais como o trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe da PrEpidemia vinculada a Universidade de Brasília (UnB), onde vem produzindo material de prevenção e proteção para os catadores. Salientamos a necessidade das testagens em massa dos catadores de materiais recicláveis para verificação e rastreamento dos casos de infecção pela Covid-19, necessitando de uma articulação estreita com os governos, Universidades e Institutos. Além da urgência do envolvimento de parceiros e das indústrias de reciclagem. Em busca de compreendermos a lógica de contaminação nesta categoria de trabalhadores das associações e cooperativas.

Assim as medidas de proteção e promoção à saúde devem ser realizadas no cotidiano das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, não só em um momento da pandemia de Covid-19 que o cuidado à saúde desses trabalhadores deve ser colocado na agenda governamental. Os riscos à saúde são iminentes aos trabalhadores da reciclagem, mostrando sua condição de extrema vulnerabilidade, esse grupo necessita de atenção à saúde e programas específicos de saúde durante todo o ano e período. São necessidades latentes ações de violência doméstica, alimentação, oportunidades de capacitação e educação para os catadores e seus filhos, acesso as creches etc.

As medidas de comunicação em saúde, sobre a importância do uso dos EPI e EPC no retorno ao trabalho, são de suma importância para o enfrentamento da pandemia na realidade da Covid-19. Assim como o fomento de informações fidedignas para esse grupo social relacionadas a pandemia, valorizando a escuta e preservando uma abordagem de educação em saúde significativa sobre o tema. Programas e ações específicos programados para catadores de materiais recicláveis na prevenção e cuidado em saúde são urgentes e necessários. As autoridades sanitárias devem alertar para as unidades básicas de saúde próximas as associações e cooperativas englobarem ações para esses trabalhadores. E também as associações e cooperativas devem ter a estratégia de elencar medidas internas para o cuidado em saúde direcionado à própria organização do trabalho, como a instauração de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade de trabalho dos catadores de matérias recicláveis é marcada pela insalubridade, os riscos constantes à saúde dos trabalhadores. A renda orientada da atividade é obtida por meio da produção dos associados e cooperados. O perfil dos catadores de matérias mostra uma população de risco para a Covid-19, pois não estão incluídos na parte da sociedade que tem acesso as condições saudáveis. Nesse sentido nas associações e cooperativas encontramos facilmente trabalhadores cardíacos, doentes renais, diabético, trabalhadores com problemas pulmonares, respiratórios, gestantes e lactantes e pessoas com mais de 60 anos, constituindo assim além das vulnerabilidades sociais presentes na realidade deles também fazem parte do grupo de risco da doença.

A paralisação da coleta seletiva e do trabalho nas associações e cooperativas foi necessária, tendo em vista o desconhecimento do risco de contaminação desses trabalhadores. Por outro lado, essa medida provocou a dependência de renda para subsistência, o sentimento de desemprego e os endividamentos (aluguéis de moradia, contas de luz, água e etc). Além disso, com a pandemia de Covid-19 cresceu o número de possíveis materiais contaminados como os lenços e as máscaras sujas, além das seringas com vestígios de sangue, pairando o medo de contrair o vírus, ao mesmo instante que os cuidados devem ser redobrados.

Mesmo diante dessas dificuldades pouco fizeram os poderes públicos no apoio e proteção social dos catadores de materiais recicláveis no momento da pandemia de Covid-19. A renda básica emergencial do governo Federal pouco ajudou os trabalhadores, alguns governos locais ofertaram auxílio financeiro especificamente para os catadores de associações e cooperativas mais que também não se mostraram suficientes. Em face as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, paralelamente os catadores tiveram que enfrentar pautas e lutas relacionadas a incineração e ao encerramento dos contratos com as instâncias públicas em algumas localidades.

Por fim, diante de toda essa complexidade da realidade dos catadores de materiais recicláveis em época da pandemia de Covid-19 ficou notório a potente rede de solidariedade nas mídias digitais e as ações comunitárias junto ao diálogo com os parceiros nos territórios e as instâncias governamentais. De fato, foram fundamentais para garantir minimamente a segurança alimentar das famílias desses trabalhadores e também no apoio e auxílio ao retorno em um ambiente de trabalho mais seguro protegendo mesmo que minimamente a saúde física dos mesmos.

Apontamos para a necessidade urgente dos agentes públicos direcionarem políticas públicas voltadas para essa população e ações de informação em saúde eficientes sobre o SARS-COV-2 direcionadas para o ambiente de trabalho coletivo e a vida nas comunidades. O período da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 mostrou que esses trabalhadores são os mais vulneráveis no ciclo da reciclagem e intensificou a necessidade da proteção social exercida pelo Estado em suas vidas, tanto no momento da pandemia quanto pós-pandemia de Covid-19.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: Potenciais impactos e desafios no Brasil. **Cien Saude Colet**, v. 25, p. 2423-46, 2020.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. **Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde**. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al.(org.). Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Hucitec; Fiocruz, p. 635-67, 2009.



BALLESTEROS, Viviana Lenis; ARANGO, Yolanda Lucía Lopez, URREGO, Yicenia Milena Cuadros. Condiciones de salud y de trabajo informal em recuperadores ambientales del área rural de Medellín, Colômbia, 2008. **Revista Saúde Pública**, v. 46, n. 5, p. 866-74, 2012.

BARBIERI, Caio. GDF proíbe coleta por cooperativas e que auxílio para catadores. **Metrópoles**, Brasília, 20 mar. 2020. Disponível em: <[https://www.metropoles.com/colunas-blogs/janela-indiscreta/gdf-proibe-coleta-por-cooperativas-e-quer-auxilio-para-catadores?fbclid=IwAR28SHSsSITcu2rdAprHQWWE1DRE5WTVPvECNB\\_1QW aG\\_jfNrTKYWQRH1s](https://www.metropoles.com/colunas-blogs/janela-indiscreta/gdf-proibe-coleta-por-cooperativas-e-quer-auxilio-para-catadores?fbclid=IwAR28SHSsSITcu2rdAprHQWWE1DRE5WTVPvECNB_1QW aG_jfNrTKYWQRH1s)>. Acesso 24 nov. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 226 p., 1994.

Benefício calamidade: catadores de recicláveis recebem primeira parcela. **Correio Braziliense**, Brasília, 09 set. 2020. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4874159-beneficio-calamidade-catadores-de-reciclaveis-recebem-primeira-parcela.html?fbclid=IwAR1HljzZ6m6-sSSAoPRkQbKhMbqQQypFw-FfdX-bKDbGK0RxFheJP051POU>>. Acesso 24 nov. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 639/2015**. Visa alterar a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/994619>>. Acesso 26 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Seção 1, p. 3-7.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus COVID-19**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso 18 out. 2020.

BRASIL. Organização Pan-americana da Saúde. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso 18 out. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 188, de 4 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso 10 out. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 454, de 20 de março de 2020**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt454-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm)>. Acesso 10 out. 2020.

BURKI, Talha. COVID-19 in Latin America. **The Lancet Infectious Diseases**, London, v. 20, n. 5, maio, p. 547-48, 2020.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estud. av.**, São Paulo (SP), v. 34, n. 99, p. 209-24, 2020.

Coronavírus: Adasa reforça regras de coleta e destinação de lixo. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 abr. 2020. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/15/interna\\_cidadessdf,844827/coronavirus-adasa-reforca-regras-de-coleta-e-destinacao-de-lixo.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/15/interna_cidadessdf,844827/coronavirus-adasa-reforca-regras-de-coleta-e-destinacao-de-lixo.shtml)>. Acesso 24 nov. 2020.

CRUZ, Carolina. Catadores do DF enfrentam isolamento social dependentes de doações e sem saneamento e renda. **G1 Globo**, Brasília, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/14/catadores-do-df-enfrentam-isolamento-social-dependentes-de-doacoes-e-sem-saneamento-e-renda.ghtml>>. Acesso 24 nov. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 40.548, de 20 de março de 2020**. Disponível em: <[http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/03\\_Mar%C3%A7o/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf](http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/03_Mar%C3%A7o/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf)>. Acesso: 26 nov. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 40.626, de 15 de abril de 2020**. Disponível em: <[http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/07\\_Julho/DODF%20131%2014-07-2020/DODF%20131%2014-07-2020%20INTEGRA.pdf](http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/07_Julho/DODF%20131%2014-07-2020/DODF%20131%2014-07-2020%20INTEGRA.pdf)>. Acesso 26 nov. 2020.

DUTRA, Francisco. Contra infecção por Covid-19, catadores devem armazenar resíduos por 72h. **Metrópoles**, Brasília, 01 jun. 2020. Disponível em: <[https://www.metropoles.com/distrito-federal/contra-infeccao-por-covid-19-catadores-devem-armazenar-residuos-por-72h?fbclid=IwAR1cd7jr\\_HMrKoj4XAwlSNFBImvrl-S7ZQ9hTuKN5re4p4DJkn7KgT8iaU](https://www.metropoles.com/distrito-federal/contra-infeccao-por-covid-19-catadores-devem-armazenar-residuos-por-72h?fbclid=IwAR1cd7jr_HMrKoj4XAwlSNFBImvrl-S7ZQ9hTuKN5re4p4DJkn7KgT8iaU)>. Acesso 24 nov. 2020.

EUFRÁSIO, Jéssica; BERNARDES, Adriana. Covid-19 compromete sustento, sobrevivência e saúde de catadores de lixo. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 set. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4878218-sustento-sobrevivencia-e-saude-comprometidos.html?fbclid=IwAR3BPArdeJEKnKIElaxdqngGPnDiKXdmwJMMUuxctIMCjfpfYGomB2uAkIc>>. Acesso 24 nov. 2020.

EUFRÁSIO, Jéssica; BERNARDES, Adriana. Pandemia causou impacto na reciclagem no Distrito Federal. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 set. 2020. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4876601-pandemia-causou-impacto-na-reciclagem-do-distrito-federal.html?fbclid=IwAR02-Rr2178CyC0\\_I9qAGE6zYEpDWAYdwxCcdofcIX3AsmNZRVOllGqA1yM](https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4876601-pandemia-causou-impacto-na-reciclagem-do-distrito-federal.html?fbclid=IwAR02-Rr2178CyC0_I9qAGE6zYEpDWAYdwxCcdofcIX3AsmNZRVOllGqA1yM)>. Acesso 24 nov. 2020

FURQUIM, Gabriella; DUTRA, Francisco. Ibaneis Rocha assina decreto autorizando retomada da coleta seletiva no DF. **Metrópoles**, Brasília, 30 mai. 2020. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/ibaneis-rocha-assina-decreto-autorizando-retomada-da-coleta-seletiva-no-df>>. Acesso 24 nov. 2020.

Governo do DF vai pagar auxílio a catadores durante pandemia da covid-19. **Terra**, 21 mar. 2020. Disponível em: < <https://www.istoedinheiro.com.br/governo-do-df-vai-pagar-auxilio-a-catadores-durante-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso 24 nov. 2020.

GUTBERLET, Jutta et al. Participatory research revealing the work and Occupational health hazards of cooperative recyclers in Brazil. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 10, p. 4607-27, 2013.

JÚNIOR, Armando Borges de Castilhos et al. Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro (RJ), v. 18, n. 11, p. 3115-24, 2013.

KAMPFA, G.; TODT, D.; PFAENDER, S.; STEINMANN, E. Persistence of coronaviruses on inanimate surfaces and their inactivation with biocidal agentes. **Journal of Hospital Infection**, v. 104, nº 3, p. 246-51, 2020.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: Considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Atas CIAIQ**, v. 2, p. 243-47, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Recomendação conjunta 1/2020/MPT/MPMG**. Disponível em: < <http://mncr.org.br/biblioteca/legislacao/arquivos-em-pdf/recomendacao-do-mpt-para-prefeitura-de-minas-gerais?fbclid=IwAR2NMTZLtw07DcLVz4IKYtsg53qU40itMV2cN5SGZWzUmw5EOCho7PP5xjM>>. Acesso 26 nov. 2020.

MOSNA, Stefano; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. O fechamento do aterro controlado do Jóquei sob o olhar dos catadores de material reciclável. **Anais 11º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos**, Porto Alegre, 2020. No prelo.

Observatório da UnB oferece diretrizes para a proteção dos catadores de material reciclável em meio à pandemia. **UnB notícias**, Brasília, 24 jun. 2020. Disponível em: < <http://noticias.unb.br/117-pesquisa/4211-observatorio-da-unb-oferece-diretrizes-para-a-protecao-de-catadores-de-material-reciclavem-em-meio-a-pandemia>>. Acesso 24 nov. 2020.

PERES, Sarah. Família de catadores de recicláveis pedem ajuda para sobreviver à pandemia. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/11/4886783-familias-de-catadores-de-reciclaveis-pedem-ajuda-para-sobreviver-a-pandemia.html?fbclid=IwAR1n4MqSJnIFkqH5u3wpv5Jpjf2krpNYw8prYyNCJSsL164FKQIDWQc8q7Y>>. Acesso 24 nov. 2020.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estud. av.**, São Paulo (SP), v. 34, n. 99, p. 225-44, 2020.

URBAN, Rodrigo Custodio; NAKADA, Liane Yuri Kondo. COVID-19 pandemic: Solid waste and environmental impacts in Brazil. **Science of the Total Environment**, v. 755, p.1 – 6, 2020.

VASCONCELOS, Joaquim Pedro Ribeiro et al. **Perspectiva crítica da situação social de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis**. In: PEREIRA, Denise (org). Tendências epistemológico-teóricas das ciências sociais aplicadas 2, Atena Editora: Ponta Grossa (PR), p. 105-19, 2020.

VASCONCELOS, Joaquim Pedro Ribeiro; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Condições de trabalho e saúde de uma associação de catadores de materiais recicláveis de Ceilândia/Distrito Federal. **Jangwa Pana**, v. 19, n. 3, p. 1-26, 2020.

VASCONCELOS, Joaquim Pedro Ribeiro; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa da literatura. **Sustentabilidade Em Debate**, v. 9, n.1, p. 187-97, 2018.

WESTON, Stuart; FRIEMAN, Matthew B. COVID- 19: knowns, unknowns, and questions. **mSphere**, v. 5, 2020.